



EMENDA Nº - CMMPV 1192/2023 (à MPV 1192/2023)

Suprima-se o Anexo, e dê-se nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Medida Provisória nº 1.192, de 2023.

“Art. 1º.....
Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, serão considerados os Municípios que decretaram situação de emergência ou calamidade pública decorrente de seca ou estiagem.”

JUSTIFICAÇÃO

A seca tem castigado e muito os mananciais hídricos amazônicos, e isso tem afetado sobremaneira e de forma cruel as pessoas que vivem da pesca artesanal cadastradas no programa do seguro desemprego e que já recebem auxílio governamental nos períodos de defesa.

Para garantir a esses cidadãos o direito ao auxílio extraordinário, como forma de minimizar as agruras existenciais pelo que estão passando, afetando, inclusive, a segurança alimentar desses brasileiros, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.192, de 2023.

Entretanto, há uma lacuna que urgentemente necessita ser preenchida, e ela diz respeito à necessidade de inclusão de municípios que decretaram Situação de Emergência ou Calamidade Pública e não foram contemplados pela Medida Provisória.



Nesse sentido, estamos propondo a inclusão desses municípios no Anexo da Medida Provisória nº 1.192 de 2023, como forma de sanar essa omissão, na certeza de que, com isso, faremos justiça a um povo que luta bravamente, de sol a sol, para buscarem a própria subsistência e que precisam ter reconhecida a dificuldade pela qual estão passando.

Assim, esperamos contar com o necessário apoio de nossos Ilustres Pares nesta Câmara dos Deputados para a aprovação desta emenda, destacando seus méritos sociais.

Sala da comissão, 7 de novembro de 2023.

Deputado Maurício Carvalho
(UNIÃO - RO)

